



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 11 abril de 2022.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
 - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
 - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
 - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
 - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;



4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:
- 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - 4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
 - 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
 - 4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;
 - 4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
 - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
 - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
 - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
 - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
 - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;



- h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
- i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

- 5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
- 6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
- 7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



I. Introdução

1. O **Município de Condeixa-a-Nova**, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 501 275 380.
2. A sede do Município está localizada no Largo Artur Barreto 3150-124 Condeixa-a-Nova.
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2021, o município contava com 270 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos, a 31 de dezembro de 2021:

CARGO	TITULAR
Presidente	Nuno Moita da Costa
Vice-presidente	António Lázaro Ferreira
Vereadora	Ana Teresa Gomes de Oliveira Manaia
Vereador	Carlos Manuel de Oliveira Canais
Vereador	Nuno Mendes Claro
Vereador	Silvino Dias Capitão
Vereadora	Susana Margarida Costa de Almeida Devesa

6. Legislação específica: Lei nº 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e SNC-AP.



II. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços e se espera que sejam usados num período superior a um ano económico;

São mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e os gastos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, como gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações. Porém, alguns bens imóveis foram mensurados pelo valor patrimonial tributário;

Um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo, acrescido pelas grandes reparações e deduzido pela depreciação acumulada e perda de imparidade acumulada, se aplicável;

A vida útil é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade física esperada, o desgaste físico esperado (programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo), a obsolescência técnica e comercial e os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo. A vida útil utilizada é a constante no Classificador Complementar 2;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Ativos intangíveis

Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável, sem substância física e provável beneficiar do potencial de serviço num período superior a um ano;

É mensurado inicialmente pelo custo e subsequente é o seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada;



A vida útil é determinada tendo em conta o uso esperado do ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerido com eficiência por outra equipa de gestão; a obsolescência técnica, tecnológica e comercial; o período de controlo sobre o ativo e limites legais ou contratuais sobre o uso do ativo. A taxa média utilizada para os intangíveis é de 33,33%;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo,

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.



III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2021, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

Ativo

Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	813 136,77 €	782 472,93 €		30 663,84 €	845 161,27 €	809 444,70 €		35 716,57 €
Propriedade industrial e intelectual	500,03 €	500,03 €		- €	500,03 €	500,03 €		- €
Outros	1 541 976,45 €	1 393 120,99 €		148 855,46 €	1 541 976,45 €	1 404 379,02 €		137 597,43 €
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	2 355 613,25 €	2 176 093,95 €	0,00 €	179 519,30 €	2 387 637,75 €	2 214 323,75 €	0,00 €	173 314,00 €

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	30 663,84 €	32 024,50 €					26 971,77 €		35 716,57 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	0,00 €					0,00 €		0,00 €
Outros	148 855,46 €	0,00 €					11 258,03 €		137 597,43 €
Ativos intangíveis em curso									
TOTAL	179 519,30 €	32 024,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	38 229,80 €	0,00 €	173 314,00 €



Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Varição das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	20 144 037,40 €	4 409,86 €		20 139 627,54 €	20 144 037,40 €	8 480,50 €		20 135 556,90 €
Edifícios e outras construções	450 462,35 €	374 080,67 €		76 381,68 €	450 462,35 €	379 416,35 €		71 046,00 €
Infraestruturas	69 742 422,72 €	57 745 421,48 €		11 997 001,24 €	70 972 724,24 €	59 277 739,84 €		11 694 984,40 €
Património histórico, artístico e cultural	191 238,19 €	0,00 €		191 238,19 €	256 996,76 €	0,00 €		256 996,76 €
Outros								
Bens de domínio público em curso								
90 528 160,66 €	58 123 912,01 €	0,00 €	32 404 248,65 €	91 824 220,75 €	59 665 636,69 €	0,00 €	32 158 584,06 €	
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 765 915,49 €			4 765 915,49 €	5 455 238,10 €	0,00 €		5 455 238,10 €
Edifícios e outras construções	25 747 892,48 €	11 271 327,93 €		14 476 564,55 €	26 939 037,27 €	12 008 022,96 €		14 931 014,31 €
Equipamento básico	4 249 099,27 €	3 724 969,64 €		524 129,63 €	4 568 531,83 €	3 846 734,09 €		721 797,74 €
Equipamento de transporte	2 455 014,93 €	1 841 145,37 €		613 869,56 €	2 680 613,18 €	1 973 422,04 €		707 191,14 €
Equipamento administrativo	1 769 130,20 €	1 585 702,85 €		183 427,35 €	1 915 053,75 €	1 664 244,55 €		250 809,20 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros	1 768 125,16 €	1 567 358,85 €		200 766,31 €	1 847 403,86 €	1 621 768,73 €		225 635,13 €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 803 102,69 €	0,00 €		3 803 102,69 €	3 034 118,85 €	0,00 €		3 034 118,85 €
44 558 280,22 €	19 990 504,64 €	0,00 €	24 567 775,58 €	46 439 996,84 €	21 114 192,37 €	0,00 €	25 325 804,47 €	
TOTAL	135 086 440,88 €	78 114 416,65 €	0,00 €	56 972 024,23 €	138 264 217,59 €	80 779 829,06 €	0,00 €	57 484 388,53 €

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	20 139 627,54	0,00	0,00				4 070,64	0,00	20 135 556,90
Edifícios e outras construções	76 381,68	0,00	0,00				5 335,68	0,00	71 046,00
Infraestruturas	11 997 001,24	438 263,65	912 215,11				1 532 318,36	120 177,24	11 694 984,40
Património histórico, artístico e cultural	191 238,19	18 173,04	55 115,76				0,00	7 530,23	256 996,76
Outros									0,00
Bens de domínio público em curso									0,00
32 404 248,65	456 436,69	967 330,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1 541 724,68	127 707,47	32 158 584,06
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	4 765 915,49 €	590 540,00	126 035,99				0,00	27 253,38	5 455 238,10
Edifícios e outras construções	14 476 564,55 €	254 844,39	1 030 832,90				736 695,03	94 532,50	14 931 014,31
Equipamento básico	524 129,63 €	121 298,03	202 777,94				121 764,45	4 643,41	721 797,74
Equipamento de transporte	613 869,56 €	225 598,25	0,00				132 276,67	0,00	707 191,14
Equipamento administrativo	183 427,35 €	149 300,74	0,00				78 541,70	3 377,19	250 809,20
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Outros	200 766,31 €	32 798,34	47 509,60				54 409,88	1 029,24	225 635,13
Ativos fixos tangíveis em curso	3 803 102,69 €	1 635 105,06	-2 374 487,30				0,00	29 601,60	3 034 118,85
24 567 775,58	3 009 484,81	-967 330,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1 123 687,73	160 437,32	25 325 804,47
TOTAL	56 972 024,23	3 465 921,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2 665 412,41	288 144,79	57 484 388,53



As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Dos testes efetuados às depreciações e amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas previstas no CC2.

Efetuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetada qualquer diferença.

De referir que as aquisições de imobilizado efetuado no exercício de 2021 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imoveis que integram o Ativo Imobilizado Corpóreo e cujo valor líquido é de 1.954.387.33 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais	4 838,34 €						0,00 €		4 838,34 €
Edifícios e Outras Construções									
Outras PI	229 881,23 €						61 158,60 €		168 722,63 €
PI em Curso									
TOTAL	234 719,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	61 158,60 €	0,00 €	173 560,97 €



Instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica Participações Financeiras e Outros Ativos Financeiros é o seguinte

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2021 estão mensuradas pelo seu custo (MC).

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	Imparidade
Investimentos financeiros		
Empresas municipais e intermunicipais		0,00 €
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	23 375,00	
AdCL-Águas do Centro Litoral,SA (Águas do Mondego)	265 583,00	
Associação Coimbra Região Digital	18 750,00	18 750,00 €
Instituto Pedro Nunes	5 000,00	
AREAC - Agência Regional Energia Ambiente centro	5 000,00	5 000,00 €
	317 708,00	

Uma vez que não foi possível apurar o valor contabilístico da participação na Associação Coimbra Região Digital, devido à falta de informação prestada pela participada, o Município, tendo em atenção o princípio da prudência, constituiu uma imparidade pela totalidade do valor participação.

Relativamente à participação na AREAC, o Município também constituiu imparidade, uma vez que o valor da participação é superior ao valor da percentagem detida no capital próprio.

Inventário

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Inventário	31/12/2021
Mercadorias	
Matérias-primas	
Peças e outros materiais de manutenção	4 429,16
Outros materiais diversos de consumo	172 420,93
Total	176 850,09

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2021.



Foi realizada uma contagem física no dia 30/12/2021, com referência a 31 de dezembro de 2021, tendo sido presenciada pelos auditores.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, o que deu origem a uma regularização.

Clientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes, contribuintes e utentes	31/12/2021
Clientes c/c	66 906,12
Contribuintes c/c	3,67
Utentes c/c	296 885,74
Clientes c/caução	
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	176 147,67
Total	539 943,20

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efetuada a circularização dos saldos.

Perdas por imparidade acumuladas	31/12/2021
Clientes	157 261,07
Total	157 261,07

No cálculo das imparidades dos clientes a NCP 9 “Imparidades de Ativos” nada menciona. Por isto, foi aplicado a fórmula inscrita no Ponto 2.7.1 do POCAL, ou seja, 50 p.p. para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100 p.p. para dívidas em mora há mais de 12 meses. Esta aplicabilidade justifica-se pelo artigo 13.º do SNC-AP que retrata a integração de lacunas.

Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31/12/2021
Retenção de Imp. s/Rend	-30 356,29
Imposto s/ Valor Acrescentado	
IVA A pagar	-1 498,47
IVA A recuperar	2 660,55
Outros impostos	-11,67
Contribuições para a S.S. e CGA	-107 499,32
Outras tributações	
Total	-136 705,20



O saldo evidenciado na rubrica de Retenção s/ Rendimento, diz respeito às contribuições de dezembro, a pagar em janeiro de 2022.

O saldo da rubrica “Contribuições para a S.S.” evidencia o valor em dívida referente às contribuições a cargo da entidade e do trabalhador, para o IGFSS do mês de dezembro, e liquidadas em janeiro de 2022.

O saldo da rubrica Imposto sobre o valor a Acrescentado respeita a um valor a recuperar no montante de 2.660,55 euros, referente à declaração de IVA do 4º trimestre.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

Outras contas a receber e a pagar

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Fornecedores de investimentos	-254 854,45
sindicatos	-1 015,88
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	2 152 899,50
Credores por subscrições não liberadas	
Cauções	
Exigível até 12 meses	-46 620,78
Exigível a mais de 12 meses	-299 410,78
Outros devedores e credores	-62 179,87
Total	1 488 817,74

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de investimento à data de 31 de dezembro de 2021, selecionando 80%, do saldo. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço.



Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	
Impostos e taxas imputados ao período	2 788 503,04
Devedores por acréscimos de rendimentos	278 159,47
Credores por acréscimos de gastos	-913 763,01
	<hr/>
	2 152 899,50

Na rubrica de impostos e taxas imputados ao período, salientamos a estimativa do IMI de 1.598.003 euros, da derrama no montante de 143.003 euros e o valor de 897.890 euros relativo à participação do IRS. Estes montantes referem-se a valores do ano de 2021, que só irão ser recebidos em 2022 e de 73.178 euros da participação dos municípios na receita de IVA referente a 2021 a receber em 2023, cumprindo-se assim o princípio da especialização do exercício. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos devedores por acréscimo de rendimentos destacamos a especialização da faturação do consumo de água de dezembro faturada em janeiro de 2022, no montante de 274.977,64 euros.

Do valor evidenciado na rubrica de credores por acréscimo de gastos, salientamos o montante de 699.927,31 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e respetivos, vencidos em 2021 e a liquidar em 2022. Da estimativa calculada consideramos que a mesma é adequada.

Foram igualmente contabilizados como acréscimo de custos os juros dos empréstimos referentes a 2021 que só irão ser pagos em 2022. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

Meios financeiros líquidos

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31/12/2021
<i>Caixa</i>	2 127,89
<i>Depósitos à ordem</i>	
Caixa Geral de Depósitos	552 753,29
Millenium BCP	15 265,13
Banco Santander Totta	10 705,79
Novo Banco	4 552,16
Banco BPI	21 598,41
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	23 952,08
	<hr/>
	628 826,86
Total	630 954,75



A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efetuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2021, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2021, tendo-se verificado que as diferenças de reconciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

Diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Diferimentos	31/12/2021
Gastos a reconhecer	15 490,49
Rendimentos a reconhecer	-1 559 972,56
Total	-1 544 482,07

No tocante aos diferimentos salientamos o valor de 1.559.972,56 euros, referente à cedência de infraestruturas às Águas do Centro Litoral, S.A.



Património/Capital

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas		Saldo Final	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	73 048 819,71	27 089,20	19 639,12	73 056 269,79
55	Reservas	0,00			
551	Reservas Legais	49 865,96			49 865,96
552	Outras Reservas	0,00			
56	Resultados Transitados	0,00			
561	De períodos anteriores	-22 811 939,85	146 713,34 €	2 771 507,93	-25 436 734,44
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-6 948 162,60			-6 948 162,60
57	Ajustamentos Partes Capital	0,00			
59	Outras variações no património líquido	0,00			
591	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00			
593	Transferências e subsídios de capital	0,00			
5931	Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	11 939 654,64	591 029,62	1 030 274,15	11 500 410,11
5932	Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	0,00			
5939	Outras transferências e subsídios de capital	587 006,73	1 297 401,45	756 933,35	1 127 474,83
594	Doações obtidas	4 573 203,41	654 543,87		5 227 747,28
599	Outras variações do património líquido	0,00		1 087 388,76	-1 087 388,76
88	Resultado Líquido do Exercício	-2 722 393,60	58 612,53	-2 722 393,60	58 612,53
T O T A L		57 716 054,40	2 775 390,01	2 943 349,71	57 548 094,70

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A rubrica de resultados transitados registou uma variação negativa de 2.624.794,59 euros pela incorporação do resultado líquido do ano de 2020 e a diminuição de 331.621,32 euros das outras variações no património líquido foi motivada, essencialmente, pela regularização da faturação do autoconsumo.
- O resultado líquido do exercício de 2021 é de 58.612,53 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2021 a conta de património evidencia um saldo de 73.056.269,79 euros, o que corresponde a cerca de 114,06% do ativo.

Financiamentos obtidos

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

Financiamentos obtidos	31/12/2021
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos	14 744,12
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	807 119,86
Banco BPI	701 313,61
Banco Santander Totta	249 359,05
Loações financeiras	0,00
Millennium BCP, S.A.	42 913,49
Total	1 815 450,13



Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

O Município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Financiamentos obtidos	
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>	
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos	0,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	736 415,18
Banco BPI	656 614,13
Banco Santander Totta	232 981,17
Loações financeiras	
Millennium BCP, S.A.	21 198,88
Total	1 647 209,36
Financiamentos obtidos	
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>	
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos	14 744,12
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	70 704,68
Banco BPI	44 699,48
Banco Santander Totta	16 377,88
Loações financeiras	
Millennium BCP, S.A.	21 714,61
Total	168 240,77

Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Fornecedores	31/12/2021
Fornecedores c/c	266 267,54
Fornecedores-Facturas em recepção e conferência	874 716,52
Total	1 140 984,06

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2021. Seleccionámos 77% do saldo tendo obtido resposta de 36%. Em relação aos fornecedores que não responderam efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.



Provisões

Provisões	31/12/2021
Processos judiciais em curso	175 248,62
Outras provisões	88 591,09
Total	263 839,71

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados, que prestam serviços ao Município, obtivemos resposta da sociedade de advogados Coimbra Castanheira e Albuquerque & Associados e Macedo Fernandes, Costa Magalhães & Associados, Sociedade de Advogados, RL.

Foram contabilizadas reversões que correspondem à classificação de parte dos processos judiciais como ativos e/ou passivos contingentes.

O Município registou as seguintes reversões devido ao encerramento dos processos judiciais:

Ação administrativa n.º 537/20.5BECBR, cuja autora é a ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, S.A., no valor de 45.839,70 euros, pelo fato do processo de encontrar findo;

Processo n.º 301/18.1BECBR, cuja autora é a CONTEC – Construção e Engenharia, S.A., no valor de 153.697,47 euros, pelo fato de ser expectável que o recurso apresentado pela autora não obtenha provimento.

No entanto, foi feito um reforço que resulta de um processo judicial intentado pelo Município de Ansião (Processo n.º 581/15.4BELRA), cujo valor da ação é de 201.198,22 euros, tendo o Município de Condeixa-a-Nova sido condenado em pagar 175.247,92 euros. Desta decisão, o Município de Condeixa-a-Nova interpôs recurso.

Quanto aos passivos contingentes, não são reconhecidos porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Por tal motivo, estes passivos são divulgados no quadro 26 e 27 do Anexo. No que respeita a ativos contingentes, estes são divulgados no quadro 28 do Anexo.

O saldo evidenciado em outras provisões refere-se à provisão criada para as Águas do Centro Litoral (Águas do Mondego), cerca 88.591,09 euros, respeitante a uma fatura emitida no âmbito do contrato celebrado ao abrigo da qualidade da água para consumo humano, em Município reclama o não cumprimento do referido contrato, pelo que a fatura não foi contabilizada.



IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de Ativo não corrente representam 91,23% do ativo do Município. Destas, a rubrica dos ativos fixos tangíveis, apresenta o maior peso (89,75%).
- Face ao período homólogo o ativo registou um aumento de 0,24%;
- O património líquido registou um decréscimo de 0,29% face ao exercício anterior, o que representa uma diminuição de 168 milhares de euros;
- O passivo registou um aumento de 5,19%, cerca de 321 milhares de euros;
- As principais rubricas de custos são os fornecimentos e serviços externos (30,45%), os custos com o pessoal (32,66%) e as amortizações do exercício (17,45%). Face ao verificado no período homólogo as transferências e subsídios concedidos e as amortizações do exercício diminuíram 34,40% e 46,66%, respetivamente, no entanto os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal aumentaram 22,74% e 8,99%; respetivamente.
- Face ao ano anterior o resultado líquido sofreu uma melhoria, ou seja, de aumentou em 2 781 milhares de euros, cifrando-se nos 59 milhares de euros positivos.



V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2021		2020		Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Corrente	5 615 530,24	130,90%	5 907 669,16	52,30%	150,31%
		Passivo Corrente	4 289 925,19		4 018 163,35		
	Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - inventários	5 438 680,15	126,78%	5 736 441,94	46,47%	172,81%
		Passivo Corrente	4 289 925,19		4 018 163,35		
	Liquidez imediata	Caixa e Depósitos	630 954,75	14,71%	521 102,19	26,44%	-44,38%
		Passivo Corrente	4 289 925,19		4 018 163,35		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	59 758 554,55	102,27%	59 877 454,91	79,94%	27,94%
		Imobilizado líquido	58 432 949,50		57 987 949,10		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p (*)	2 729 952,63	4,67%	2 458 190,79	4,41%	6,02%
		Imobilizado líquido	58 432 949,50		57 987 949,10		
Endividamento	Endividamento	Passivo	6 500 385,04	10,15%	6 179 563,86	26,76%	-62,08%
		Ativo Líquido	64 048 479,74		63 895 618,26		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	2 210 459,85	34,01%	2 161 400,51	6,10%	457,05%
		Passivo	6 500 385,04		6 179 563,86		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	1 647 209,36	25,34%	1 606 085,54	6,10%	315,11%
		Passivo	6 500 385,04		6 179 563,86		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	4 289 925,19	65,99%	4 018 163,35	15,42%	327,87%
		Passivo	6 500 385,04		6 179 563,86		

(*) sem diferimentos



VI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2021 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	2021		2020	EXECUÇÃO DE RECEITA	2021		2020
	Valor	%	%		Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	13 503 752	88,07%	85,08%	RECEITA CORRENTE	13 927 004	95,34%	92,29%
DESPESAS CAPITAL	4 037 883	71,49%	67,02%	RECEITA CAPITAL	3 417 025	44,71%	51,34%
TOTAL	17 541 635	84,25%	79,57%	OUTRAS RECEITAS	197 606	108,89%	100,00%
				TOTAL	17 541 635	85,63%	80,61%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Condeixa-a-Nova com referência a 31 de dezembro de 2021, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (85,63%) é superior à execução da despesa total (84,25%). Apesar das melhorias registadas face ao ano anterior a generalidade das receitas, com exceção das outras receitas, e as despesas, encontram-se abaixo do orçamentado.

Com efeito, chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano de 2020 a taxa de execução da receita foi de 80,61%.



6.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de -2.520.679,92 euros, -14,37%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2021					
	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA LIQUIDA	GRAU DE EXEC.		PESO %	
			2021	2020		
01	Impostos diretos	2 714 774	2 880 642	106,11%	110,16%	19,18%
04	Taxas, multas e outras penalidades	241 680	258 837	107,10%	75,60%	1,72%
05	Rendimentos da propriedade	434 004	539 476	124,30%	98,89%	3,59%
06	Transferências correntes	7 013 179	6 440 521	91,84%	92,19%	42,88%
07	Venda de bens e serviços correntes	3 390 524	3 137 624	92,54%	99,57%	20,89%
08	Outras receitas correntes	132 843	21 004	15,81%	4,45%	0,14%
	TOTAL RECEITAS CORRENTES	13 927 004	13 278 104	95,34%	92,29%	88,40%
09	Venda de bens de investimento	172 139	292 580	169,97%	6,38%	1,95%
10	Transferências de capital	1 621 263	1 054 561	65,05%	50,56%	7,02%
11	Ativos financeiros	1	0	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	484 928	179 172	36,95%	96,77%	1,19%
13	Outras receitas de capital	1 138 694	1 365	0,12%	0,12%	0,01%
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3 417 025	1 527 678	44,71%	51,34%	10,17%
15	Rep. não abatidas nos pagamentos	1 768	19 335	1093,91%	100,00%	0,13%
16	Saldo da gestão anterior	195 839	195 839	100,00%	100,00%	1,30%
	TOTAL OUTRAS RECEITAS	197 606	215 174	108,89%	100,00%	1,43%
	TOTAL DA RECEITA	17 541 635	15 020 955	85,63%	80,61%	100,00%

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as transferências correntes (representam 42,88% do total das receitas), venda de bens e serviços correntes (que representam 20,89% do total de receitas), os impostos diretos (que representam 19,18% do total de receitas) e as transferências de capital (que representam 7,02% do total de receitas).

Podemos também verificar que, das receitas correntes, apenas as transferências correntes, as vendas de bens e serviços correntes e as outras receitas correntes, ficaram abaixo do montante orçamentado. Em relação às receitas de capital apenas as vendas de bens de investimentos ficaram acima do montante orçamentado.

A taxa de execução das receitas correntes, em comparação com o período homólogo, teve uma variação positiva de 3,04 pontos percentuais, as receitas de capital registaram uma evolução negativa de 6,64 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 5,02 pontos percentuais.



6.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em -2.762.926,69 euros (desvio de -15,75%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2021				
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXEC.		PESO DE N %
			2021	2020	
01 Despesas com o pessoal	5 415 803	5 260 853	97,14%	93,10%	30,87%
02 Aquisição de bens e serviços	6 588 591	5 196 691	78,87%	77,30%	37,56%
03 Juros e outros encargos	18 894	15 904	84,17%	0,00%	0,11%
04 Transferências correntes	1 283 257	1 242 048	96,79%	81,73%	7,32%
05 Subsídios			0,00%	93,25%	0,00%
06 Outras despesas correntes	197 207	176 721	89,61%	79,40%	1,12%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	13 503 752	11 892 217	88,07%	85,08%	76,98%
07 Aquisição de bens de capital	3 354 689	2 349 172	70,03%	61,97%	19,12%
08 Transferências de capital	154 429	90 405	58,54%	62,14%	0,88%
09 Ativos financeiros	3	0	0,00%	49,68%	0,00%
10 Passivos financeiros	206 256	205 843	99,80%	99,86%	1,18%
11 Outras despesas de capital	322 506	241 072	74,75%	73,50%	1,84%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	4 037 883	2 886 491	71,49%	67,02%	23,02%
TOTAL DA DESPESA	17 541 635	14 778 708	84,25%	79,57%	100,00%

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as aquisições de bens e serviços (representam 37,56% do total das despesas), as despesas com o pessoal (representam 30,87% do total das despesas), e as aquisições de bens de capital (representam 19,12% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 88,07% e de 71,49% respetivamente, o que face ao período homólogo representa uma melhoria de 2,99 pontos percentuais em relação às primeiras e de uma melhoria de 4,46 pontos percentuais em relação às segundas. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma melhoria de 4,684 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 1.385.887 euros, que reflete um montante extremamente confortável.



6.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2021		2020		Variação	Observações
Receita líquida total	8 856 358,45	126,98%	8 589 737,90	103,05%	23,23%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	6 974 710,22		7 578 320,22			
Receita corrente	6 667 361,20	75,28%	6 577 502,85	69,27%	8,68%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	8 856 358,45		8 589 737,90			
Receita corrente	6 667 361,20	114,29%	6 577 502,85	106,59%	7,22%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	5 833 496,89		5 808 104,27			
Impostos diretos	591 489,05	8,87%	531 731,59	9,07%	-2,18%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	6 667 361,20		6 577 502,85			
Receita de capital	1 172 005,36	13,23%	1 724 406,62	25,94%	-48,98%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	8 856 358,45		8 589 737,90			
Receita de capital	1 172 005,36	102,70%	1 724 406,62	80,90%	26,95%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	1 141 213,33		1 770 215,95			
Despesa corrente	5 833 496,89	83,64%	5 808 104,27	66,96%	24,90%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	6 974 710,22		7 578 320,22			
Despesa de capital	1 141 213,33	16,36%	1 770 215,95	33,04%	-50,47%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	6 974 710,22		7 578 320,22			
Despesas rígidias	3 498 281,53	50,16%	3 666 380,42	40,12%	25,02%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	6 974 710,22		7 578 320,22			
Despesas rígidias	3 498 281,53	39,50%	3 666 380,42	38,93%	1,45%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	8 856 358,45		8 589 737,90			
Aquisição de bens de capital	760 998,30	10,91%	1 361 433,25	27,39%	-60,17%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	6 974 710,22		7 578 320,22			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas.



6.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2021	2020	Varição	Observações
Poupança corrente	1 385 886,63	750 658,87	635 227,76 84,62%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	14,37%	19,39%	-25,87%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-2 520 679,92	-3 618 741,96	1 098 062,04	
Equilíbrio orçamental corrente	111,65%	106,80%	4,54%	
Equilíbrio orçamental de capital	52,93%	72,81%	-27,31%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	102%	101%	0,32%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	80%	80%	0,21%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente (calculada com base na receita cobrada líquida) aumentou em 84,62% (635 milhares de euros) face à verificada no ano anterior.

Em 2021 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 2.521 milhares de euros, enquanto que em 2020, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de 3.619 milhares de euros. Ou seja, há uma melhoria cerca de 1.098 milhares de euros, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal, mas não em sentido substancial.



VII. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

O Município terminou o exercício de 2021 sem pagamentos em atraso.

O cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, o Município apresenta no final de 2021 um PMP de 26 dias, o que está dentro do limite estipulado por lei (90dias).

O nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município não está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 111º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2021), mas mantém tal reporte mensal à DGAL.

Ainda assim se informa que de acordo com o n.º 7 do referido artigo, a aferição da exclusão a que se refere o parágrafo anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2020 face a setembro 2019, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 111º do OE2021, isto é, obrigação de reporte dos fundos disponíveis.

Tudo sem prejuízo de que foi suspensa a aplicação quer do n.º 8 da Lei n.º 8/2012 de 21/2 e do nº 2 do artigo 111º do Orçamento de Estado 2021 (artigo 5º da Lei n.º 6/2020 de 10/4, alterada pela Lei n.º 12/2020, de 07 de maio).

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município	Recuperação Financeira	Situação do Município	Legislação
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-	-	-	art. 58º, nº22
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, b)
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, a) e nº3
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	NÃO	FACULTATIVO	NÃO	art. 58º, nº 3
5	> 3	-	-	OBRIGATÓRIO	NÃO	art. 61º, nº2

A 31 de dezembro de 2021 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.



Limite à dívida total	
Receita corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2018	10 290 632
2019	11 437 327
2020	11 785 181
Total	33 513 140
<hr/>	
Média	11 171 047
<hr/>	
Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	16 756 570
<hr/>	
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	3 453 503
Margem absoluta	13 303 067
Margem utilizável (20%)	2 660 613

O limite da dívida é de 16 756 570 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 3.453.503 euros.

	31/12/2021	31/12/2020
(1) Dívida total	3 762 810	3 442 083
(2) FAM	0	0
(3) Despesas COVID - 19	0	0
(4) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	79 401	7 920
(5) Dívidas não orçamentais	388 708	108 967
(1)-(2)-(3)+(4)-(5) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	3 453 503	3 341 036
Margem absoluta	13 303 067	12 760 881
Margem Disponível	2 660 613	2 552 176
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	112 467	-770 244
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exe	SIM	na
Dívida Total vs Média da Receita Líquida cobrada últ. 3 anos.	0,31	0,30



Face ao verificado a 31 de dezembro de 2020 a dívida total aumentou 112 milhares de euros, sendo a margem do Município de 2.660 milhares de euros.

Segundo informações obtidas junta da DGAL é entendimento da Direção-Geral que o valor da dívida da ANMP não releva para efeitos de limite da dívida total, previsto no nº1 do art. 52º da Lei 72/2013 de 3 de setembro.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que “Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.”

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Condeixa-a-Nova cumpre o disposto no referido artigo.

2021	Montante
(1) Valor das receitas correntes brutas	13 381 362,84
(2) Despesa corrente	11 892 217,11
(3) Amortizações médias dos empréstimos	275 997,44
TOTAL (1) - (2) - (3)	1 213 148,29
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	SIM

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 11 de abril de 2022

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:

Bruno José Machado de Almeida – ROC 1407



ANEXO I

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	56 972 024	57 484 389	512 364	0,90%
Propriedades de investimento	234 720	173 561	(61 159)	-26,06%
Ativos intangíveis	179 519	173 314	(6 205)	-3,46%
Participações Financeiras	601 686	601 686	0	0,00%
Sub Total	57 987 949	58 432 950	445 000	0,77%
ATIVO CORRENTE			0	
Inventários	171 227	176 850	5 623	3,28%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	51 638	456 570	404 932	784,18%
Clientes, contribuintes e utentes	746 325	382 682	(363 643)	-48,72%
Estado e outros entes públicos	3 760	2 661	(1 100)	-29,25%
Outras contas a receber	3 208 751	3 066 691	(142 061)	-4,43%
Diferimentos	21 955	15 490	(6 465)	-29,44%
Ativos não correntes detidos para venda	1 182 910	883 632	(299 278)	-25,30%
Caixa e depósitos	521 102	630 955	109 853	21,08%
Sub Total	5 907 669	5 615 530	(292 139)	-4,95%
TOTAL DO ATIVO	63 895 618	64 048 479,74	152 861	0,24%
PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
PATRIMÓNIO LIQUIDO				
Património/Capital	73 048 820	73 056 270	7 450	0,01%
Reservas	49 866	49 866	0	0,00%
Resultados transitados	-29 760 102	-32 384 897	(2 624 795)	8,82%
Outras variações no património líquido	17 099 865	16 768 243	(331 621)	-1,94%
Resultado líquido do período	-2 722 394	58 612,53	2 781 006	-102,15%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO	57 716 054	57 548 094,70	-167 960	-0,29%
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	288 129	263 840	(24 289)	-8,43%
Financiamentos obtidos	1 606 086	1 647 209	41 124	2,56%
Outras contas a pagar	267 186	299 411	32 225	12,06%
Sub Total	2 161 401	2 210 460	49 059	2,27%
PASSIVO CORRENTE				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	42 169	2 900	(39 269)	-93,12%
Fornecedores	829 278	1 140 984	311 706	37,59%
Estado e outros entes públicos	132 340	139 366	7 026	5,31%
Financiamentos obtidos	221 264	168 241	(53 023)	-23,96%
Fornecedores de investimentos	265 469	254 854	(10 615)	-4,00%
Outras contas a pagar	967 670	1 023 608	55 937	5,78%
Diferimentos	1 559 973	1 559 973	0	0,00%
Sub Total	4 018 163	4 289 925	271 762	6,76%
TOTAL DO PASSIVO	6 179 564	6 500 385	320 821	5,19%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	63 895 618	64 048 480	152 861	0,24%



ANEXO II

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	2 947 257	3 104 194	156 937	5,32%
Vendas	1 216 643	1 441 976	225 332	18,52%
Prestações de serviços e concessões	1 975 952	2 166 582	190 630	9,65%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 614 011	6 809 282	1 195 271	21,29%
Trabalhos para a própria entidade	218 259	258 474	40 215	18,43%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-873 583	-1 005 479	(131 897)	15,10%
Fornecimentos e serviços externos	-3 918 917	-4 809 968	(891 051)	22,74%
Gastos com pessoal	-4 734 342	-5 159 749	(425 407)	8,99%
Transferências e subsídios concedidos	-1 752 040	-1 149 380	602 660	-34,40%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-347 629	-157 261	190 368	-54,76%
Provisões (aumentos/reduções)	740 714	371 918	(368 796)	-49,79%
Outros rendimentos e ganhos	1 463 552	1 702 780	239 227	16,35%
Outros gastos e perdas	-73 547	-727 637	(654 090)	889,34%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 476 330	2 845 730	369 401	14,92%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 166 470	-2 755 813	2 410 658	-46,66%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0	#DIV/0!
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	-2 690 141	89 917	2 780 058	-103,34%
Juros e rendimentos similares obtidos	9 714	0	(9 714)	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	-41 967	-31 305	10 662	-25,41%
Resultado antes de imposto	-2 722 394	58 613	2 781 006	-102,15%
Imposto sobre o rendimento			0	#DIV/0!
Resultado líquido do período	-2 722 394	58 613	2 781 006	-102,15%